

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.514.417 - MG (2015/0033340-2)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : MATILDES MARIA DE JESUS OLIVEIRA
ADVOGADO : RONALDO ERMELINDO FERREIRA E OUTRO(S) - MG070727
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por MATILDES MARIA DE JESUS OLIVEIRA, fundamentado nas alíneas **a** e **c** do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REMESSA OFICIAL TIDA POR INTERPOSTA. SENTENÇA EXTRA PETITA. INOCORRÊNCIA. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA. REVISÃO DO CÁLCULO DA RENDA MENSAL INICIAL. ATIVIDADES CONCOMITANTES. ART. 32 DA LEI N. 8.213/91. DEFINIÇÃO DA ATIVIDADE PRINCIPAL.

1. Remessa oficial, tida por interposta, vez que inaplicável à espécie a regra inserida no § 2º, do art. 475, do Código de Processo Civil, em virtude de não ter sido demonstrado que o conteúdo do pleito é de valor inferior a 60 salários mínimos e os fundamentos da r. sentença vergastada não se assentam em jurisprudência do plenário do Supremo Tribunal Federal ou em súmula daquele Sodalício ou de tribunal superior competente.

2. A parte autora pede, ao longo da fundamentação da peça vestibular, sucessivamente ao pedido principal, que para o cálculo de seu benefício previdenciário seja considerada atividade principal aquela com salários-de-contribuição de maior valor. Dessa forma, resta configurada a necessidade de análise da pretensão deduzida e a resolução da lide instaurada, ficando afastada a alegação de julgamento extra petita.

3. Desempenhando o segurado atividades laborativas concomitantes, o cálculo do salário-de-benefício se dá na forma do art. 32 da Lei n. 8.213/91.

4. Afasta-se, na espécie, a incidência da hipótese tratada no inciso I do aludido artigo porquanto não satisfeitas, em relação a cada atividade isoladamente considerada, as condições exigidas para a aposentação. A situação dos autos se subsume ao preceituado no inciso II, segundo o qual o salário-de-benefício é apurado a partir dos

Superior Tribunal de Justiça

salários-de-contribuição afetos à atividade em que atendidos os requisitos impostos pela legislação de regência para a concessão da prestação previdenciária pretendida que, no caso vertente, configura-se em relação àquela prestada na Caixa de Assistência dos Advogados, acrescido de um percentual da média dos salários-de-contribuição da secundária, equivalente, como se trata de aposentadoria, à relação entre os anos completos de atividade e o número de anos de serviço exigidos para o deferimento.

5. O critério para se classificar a atividade como principal é o que considera o número de contribuições previdenciárias realizadas, e não o valor dos salários-de-contribuição, conforme precedentes de diversos tribunais pátrios.

6. Recurso de apelação e remessa oficial tida por interposta providos para se julgar improcedente o pedido inicial.

7. Custas e honorários advocatícios a cargo da parte autora, estes no importe de R\$ 622,00 (seiscentos e vinte e dois reais), com execução suspensa enquanto perdurar a situação de pobreza pelo prazo máximo de 05 anos, quando estará prescrita a obrigação nos termos do artigo 12 da Lei 1.060/50" (fl.207e).

Alega-se, nas razões do Recurso Especial, além de divergência jurisprudencial, violação ao art. 32 da Lei 8.213/91. Para tanto, sustenta que:

"CABIMENTO DO RECURSO ESPECIAL

Preceitua o **art. 105, inciso III, alíneas 'a' e 'c'**, da Carta Magna:

(...)

Cabível é o Recurso Especial quando o Acórdão recorrido contrariar dispositivo de lei federal ou dá a esta interpretação divergente da que lhe deu outro tribunal. In casu **o v. Acórdão guerreado não apenas contrariou norma federal como dissentiu de decisão de outro tribunal**, como será a seguir demonstrado. Daí o cabimento do presente apelo especial.

(...)

DA VIOLAÇÃO DE LEI FEDERAL.

Foi violado o art. 32 da Lei 8.213/1991.

NO MÉRITO

ATIVIDADES SIMULTÂNEAS / CONCOMITANTES

São consideradas simultâneas as atividades, ocorridas dentro do período básico de cálculo.

As **últimas atividades profissionais da Recorrente** foram trabalhadas para as empresas **ASSISTIR - AÇÃO PLANEJADA**

Superior Tribunal de Justiça

DE ENFERMAGEM, período de **01/02/91 a 04/04/94**, **CAIXA DE ASSISTÊNCIA** DOS ADVOGADOS DE MINAS GERAIS, período de **20/10/87 a 13/06/95** e para **HOSPITAL MUNICIPAL ODILON BEHRENS**, período de **03/02/88 a 13/06/95**, conforme contagem de tempo do INSS.

Os últimos 48 (quarenta e oito) salários de contribuições antes do afastamento de suas atividades profissionais, dentro do período básico de cálculos, foram recolhidos da seguinte forma:

(...)

A Recorrente durante toda sua **vida profissional somente** laborou como **atendente/auxiliar de enfermagem**, na categoria de empregada.

A Recorrente jamais exerceu atividades secundárias, pois jamais contribuiu para a Previdência Social, como autônoma, empresária, facultativa, etc.

Portanto, a Recorrente somente contribuiu para a Previdência Social na categoria de empregada, em sua atividade principal.

DA CORRETA DECISÃO DO JULGADOR DE PRIMEIRO GRAU

Decidiu brilhantemente o Ilustre Julgador de Primeiro Grau ao dizer:

(...)

A decisão retro transcrita, por ter sido prolatada de forma justa e correta, não merecia ter sido reformada.

DA ATIVIDADE PRINCIPAL ENTRE AS CONCOMITANTES / ERRO DA SEGUNDA TURMA SUPLEMENTAR DO EGRÉGIO DO TRF 1ª REGIÃO

Erroneamente, a Segunda Turma Suplementar do Egrégio do TRF 1ª Região decidiu no presente feito que a ATIVIDADE PRINCIPAL da Recorrente devesse ser compreendida como aquela que foi laborada para a CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS, na qual teve o maior tempo de duração do vínculo empregatício.

Como se sabe, o salário de benefício é calculado com base na soma dos salários de contribuição, isto quando o segurado satisfizer, em cada uma das atividades concomitantes, as condições para a obtenção do benefício requerido. Não tendo preenchido tal requisito, **o salário de benefício deverá corresponder à soma do salário de benefício da atividade principal e de um percentual da média do**

salário de contribuição da atividade secundária. Esse percentual será o resultante da relação entre os anos completos de atividade e o número de anos de serviço considerados para a concessão do benefício.

No presente caso, pode se observar que a Recorrente não preencheu o requisito do inciso I do art. 32 da Lei 8.213/91, devendo o salário de benefício corresponder à soma do salário de benefício da atividade principal e de um percentual da média do salário de contribuição da atividade secundária.

Dessa forma, como entendimento que poderá ser observado mais abaixo, se em nenhuma das atividades concomitantes a segurada reuniu as condições de forma isolada para a concessão do benefício, **dentre as atividades exercidas concomitantemente deve ser considerada principal aquela que confere um proveito econômico maior ao trabalhador durante a atividade.**

Diferentemente do que foi disposto pela Segunda Turma Suplementar do Egrégio do TRF 1ª Região, a lei não determina que deva ser considerada necessariamente como principal a atividade com maior tempo de serviço dentre as exercidas concomitantemente pelo segurado durante o período básico de cálculo. Dessa forma, deve ser considerada como ATIVIDADE PRINCIPAL aquela que confere um proveito econômico maior ao trabalhador durante a atividade, principalmente pelo fato do caráter social do Direito Previdenciário.

O STJ é claro em dizer que a Atividade Principal é aquela em que o Segurado reunir condições para a concessão do benefício pleiteado, se mostrando omissa quando em nenhuma das atividades concomitantes o Segurado reúne condições para a concessão do benefício, vejamos:

(...)

Assim, não pode prosperar o julgamento da Segunda Turma Suplementar do Egrégio do TRF 1ª Região, devendo no presente caso ser considerada como ATIVIDADE PRINCIPAL a prestada para o HOSPITAL MUNICIPAL ODILON BEHRENS.

DA DIVERGÊNCIA DE JULGADOS, E DAS RAZÕES DE FORMA DO JULGADO / DISSENSO JURISPRUDENCIAL.

A seguir a Recorrente demonstrará a violação pelo v. Acórdão recorrido de julgados de outros tribunais, in verbis:

(...)

CONCLUSÃO

A vista de todo o exposto, restou demonstrado que a Recorrente faz jus à REVISÃO da RMI do seu benefício de APOSENTADORIA

Superior Tribunal de Justiça

ESPECIAL" (fls.210/220e).

Por fim,"demonstrado o cabimento do Recurso Especial a expressa violação ao dispositivo legais e divergência de jurisprudências predominantes sobre a espécie confia a Recorrente que V. Exa. dará provimento ao presente recurso especial interposto, para o fim de, reformar a decisum alvejado, praticando-se, a costumeira e necessária JUSTIÇA!" (fl. 220e).

Sem contrarrazões, o recurso foi admitido, na origem (fls. 238/239e).

A irresignação merece acolhimento.

O Tribunal de origem, para decidir a controvérsia dos autos, deixou consignado, no que interessa:

"1. MATILDES MARIA DE JESUS OLIVEIRA, qualificada, propôs ação ordinária em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS com pedido de antecipação dos efeitos da tutela a fim de obter a **revisão do cálculo da renda mensal inicial da aposentadoria especial de que é beneficiária desde 14.06.1995 mediante a soma dos salários-de-contribuição das atividades laborativas exercidas concomitantemente na maior parte do período contributivo, e, sucessivamente, pleiteia que seja considerada como atividade principal aquela cujos salários-de-contribuição possuam maior valor.**

2. Regularmente citada, a Autarquia Previdenciária ofertou contestação a fls. 42/48.

3. À vista do quanto contido nos autos, o MM Juiz Federal da 28ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais julgou procedente o pedido sucessivo a fls. 84/87, assim concluindo:

(...)

4. Irresignado, **interpõe o INSS recurso de apelação** a fls. 88/93 pretendendo, preliminarmente, a nulidade da sentença por julgamento extra petita, e, no mérito, a **reforma da decisão sob o fundamento de que foi considerada como atividade principal aquela com maior período contributivo, nos termos do art. 32, II, da Lei n. 8.213/91.**

5. Agravo de instrumento interposto, conforme cópia de fls. 95/104.

6. Com as contrarrazões de fls. 107/112, ascenderam os autos a este e. Tribunal Regional Federal da 1ª Região, também em razão do reexame necessário.

É o relatório.

(...)

4. Preliminarmente, afasto a assertiva de nulidade da sentença por julgamento extra petita.

5. Em análise da peça vestibular **é possível evidenciar que a autora pede, ao longo da fundamentação, sucessivamente ao pedido principal, que para o cálculo de seu benefício previdenciário seja considerada atividade principal aquela com salários-de-contribuição de maior valor.** Dessa forma, resta configurada a necessidade de análise da pretensão deduzida e a resolução da lide instaurada.

6. Não obstante, a r. sentença merece reformas.

7. Em análise do feito, **depreende-se que a apelada desempenhou em grande parte de seu período contributivo à Previdência Social atividades laborativas concomitantes como auxiliar de enfermagem.**

8. Ao postular administrativamente a aposentadoria, **considerou o INSS como atividade preponderante a exercida na Caixa de Assistência dos Advogados, de 20.10.1987 a 13.06.1995, para fins de cálculo da renda mensal inicial do benefício.** Foram consideradas atividades secundárias aquelas realizadas no Hospital Municipal Odilon Behrens, de 03.02.1988 a 13.06.1995, e na empresa ASSISTIR - Ação Planejada de Enfermagem, de 01.02.1991 a 04.04.1994 (f. 21).

9. Nesse contexto, **a avaliação do salário-de-benefício se fez a partir da atividade principal, acrescida de parcela afeta à suplementar,** nos termos da determinação aposta na alínea 'b' do inciso II do art. 32 da Lei n. 8.213/91.

10. Assim dispõe o art. 32 da Lei n. 8.213/91 sobre a matéria:

(...)

11. Afasta-se, na espécie, a incidência da hipótese tratada no inciso I do aludido artigo porquanto não satisfeitas, em relação a cada atividade isoladamente considerada, as condições exigidas para a aposentação. A situação dos autos se subsume ao preceituado no inciso II, segundo o qual o salário-de-benefício é apurado a partir dos salários-de-contribuição afetos à atividade em que atendidos os requisitos impostos pela legislação de regência para a concessão da prestação previdenciária pretendida que, no caso vertente, configura-se em relação àquela prestada na Caixa de Assistência dos Advogados, acrescido de um percentual da média dos salários-de-contribuição da secundária, equivalente, como se trata de aposentadoria, à relação entre os anos completos de atividade e o número de anos de serviço exigidos para o deferimento.

Superior Tribunal de Justiça

12. Isso porque **o critério para se classificar a atividade como principal é o que considera o número de contribuições previdenciárias realizadas, e não o valor dos salários-de-contribuição.**

13. A propósito da predicação das atividades como principal ou secundária, os seguintes arestos:

(...)

14. Firme nessas considerações, **impõe-se a reforma da sentença** que julgou procedente o pleito em questão, visto que o INSS procedeu ao cálculo da aposentadoria segundo os ditames do art. 32 da Lei n. 8.213/91.

15. Por todo o exposto, dou provimento ao recurso de apelação do INSS e à remessa oficial tida por interposta **para julgar improcedente o pedido.**

16. Custas processuais e honorários advocatícios a cargo da parte autora, estes no importe de R\$ 622,00 (seiscentos e vinte e dois reais), com execução suspensa enquanto perdurar a situação de pobreza pelo prazo máximo de 05 anos, quando estará prescrita a obrigação nos termos do artigo 12 da Lei 1.060/50" (fls.202/207).

A questão controvertida diz respeito à aplicação do art. 32 da Lei n. 8.213/91 no cálculo do salário de benefício de segurado que exerceu atividades profissionais concomitantes e não preencheu os requisitos para o gozo do benefício em nenhuma das atividades exercidas.

No caso dos autos, o Tribunal **a quo**, ao interpretar o art. 32 da Lei 8.213/1991, aplicou entendimento no sentido de que "o critério para se classificar a atividade como principal é o que considera o número de contribuições previdenciárias realizadas, e não o valor dos salários de contribuição" (fls. 204e).

Ocorre que o Tribunal de origem, ao decidir assim, dissentiu, do entendimento firmado nesta Corte Superior, no sentido de que, havendo o exercício concomitante de atividade laboral, no cálculo da renda mensal inicial, deve ser considerada como principal aquela que proporcione o maior proveito econômico, conforme se vê dos seguintes precedentes:

"PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. REVISÃO DE RMI. EXERCÍCIO DE ATIVIDADES CONCOMITANTES. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À CONCESSÃO DO BENEFÍCIO EM QUALQUER DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS. CRITÉRIO DO CÁLCULO DA RENDA MENSAL INICIAL. ATIVIDADE PRINCIPAL É

AQUELA QUE REPRESENTA MAIOR PROVEITO ECONÔMICO. RECURSO ESPECIAL DO INSS A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Nos termos do art. 32 da Lei 8.213/1991, será considerada como atividade principal, para fins de cálculo do valor do salário de benefício, aquela na qual o Segurado reuniu todas as condições para a concessão do benefício.

2. Nas hipóteses em que o Segurado não completou tempo de contribuição suficiente para aposentar em nenhuma das atividades concomitantes, será considerada como atividade principal, para fins de cálculo do benefício, aquela que detém o maior proveito econômico, pois, por óbvio, é a que garante a subsistência do Segurado e, portanto, atinge o objetivo primordial do benefício previdenciário, que é a substituição da renda do trabalhador.

3. Precedentes: REsp. 1.664.015/RS, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 29.6.2017; REsp. 1.419.667/PR, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, DJe 23.8.2016; REsp. 1.523.803/SC, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 4.9.2015; AgRg no REsp. 1.412.064/RS, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 26.3.2014.

4. Recurso Especial do INSS a que se nega provimento" (STJ, REsp 1.390.046/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe 06/12/2017).

"PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. CÁLCULO DE BENEFÍCIO. ATIVIDADES CONCOMITANTES. ATIVIDADE PRINCIPAL PARA CÁLCULO DA RENDA MENSAL INICIAL. CRITÉRIO DO MAIOR PROVEITO ECONÔMICO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM SINTONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ.

1. O Tribunal a quo, ao interpretar o art. 32 da Lei 8.213/1991, aplicou entendimento no sentido de que a atividade considerada principal é a que resulta em maior proveito econômico ao segurado. Com efeito, o acórdão recorrido se encontra em sintonia com a jurisprudência do STJ.

2. Deve ser considerada como atividade principal, para fins de apuração do salário de benefício, aquela que gerará maior proveito econômico no cálculo da renda mensal inicial, tratando-se de hipótese em que o segurado não completou tempo de serviço suficiente para se aposentar em nenhuma das

atividades concomitantes. Isto porque, diante da lacuna deixada pelo artigo 32 da Lei 8.213/1991, que não prevê, de forma expressa, a fórmula de cálculo dessa situação jurídica, devem ser observados os princípios que envolvem a ordem econômica e social previstas na Constituição, ambas fundadas na valorização e no primado do trabalho humano e na livre iniciativa, a fim de assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social.

3. Recurso Especial não provido" (STJ, REsp 1.664.015/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 29/06/2017).

"PREVIDENCIÁRIO. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. APLICABILIDADE. ATIVIDADES CONCOMITANTES. AUSÊNCIA DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À CONCESSÃO DO BENEFÍCIO NAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS. CÁLCULO DA RENDA MENSAL INICIAL. ATIVIDADE PRINCIPAL. MAIOR PROVEITO ECONÔMICO. PRECEDENTES.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, in casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 1973.

II - Considerando que o art. 32 da Lei n. 8.213/1991 não prevê, de forma expressa, a fórmula de cálculo do salário de benefício na hipótese em que o segurado não preencheu os requisitos para a concessão de aposentadoria em nenhuma das atividades concomitantes, deve ser considerada como atividade principal aquela que proporcionar o maior proveito econômico no cálculo da renda mensal inicial. Precedentes.

III - Recurso especial improvido" (STJ, REsp 1.419.667/PR, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe 23/08/2016).

Na mesma linha, confirmam-se as seguintes decisões monocráticas: REsp 1.822.700/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 02/08/2019; REsp 1.583.785/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 22/04/2019; REsp 1.632.219/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 24/10/2018; REsp 1.747.436/SP, Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 04/09/2018; REsp 1.428.981/PR,

Superior Tribunal de Justiça

Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 6/8/2015.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou parcial provimento ao Recurso Especial, para restabelecer a sentença, de fls. 96/99e, em todos os seus termos.

I.

Brasília, 12 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora

